TJSC suspende bloqueio de contas da Ana Gaming por ludopatia

iGBRASIL

Notícias · Utilidades · Recursos para operadores de iGaming

Regulação · Estratégico

TJSC suspende bloqueio de contas da Ana Gaming por ludopatia

Desembargador registra que a MP 1.394 não autoriza, por si só, arresto do patrimônio de operadora em encerramento; mérito vai à 4ª Câmara de Direito Civil

Por Redação iGBRASIL, Redação

Publicado em 03/11/2026 às 07h02

· 5 min de leitura

Por que importa

Operadoras em encerramento passam a ter um fundamento de segundo grau para agravar contra bloqueios de caixa obtidos em ações de ludopatia.

A decisão transforma o log de autoexclusão e de limites de depósito em peça central de defesa, e não apenas em obrigação regulatória.

Tesouraria e jurídico precisam recalcular a reserva para contingências: o risco de constrição deixa de ser tratado como automático.

TJSC suspende bloqueio de contas da Ana Gaming por ludopatia

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina suspendeu o arresto cautelar de valores nas contas da Ana Gaming Brasil S.A. — operadora de 7K, Vera.bet e Cassino.bet — obtido por uma apostadora que alega ludopatia, em decisão monocrática do desembargador Leandro Passig Mendes que registra que a MP 1.394 não autoriza, por si só, o bloqueio do patrimônio de uma operadora. É o primeiro pronunciamento de segundo grau identificado nesse sentido, e chega para um setor em que pedidos de tutela cautelar viraram rotina.

Segundo o Yogonet Brasil, que credita a apuração original ao BNLData, a autora, Gleicinara Vanessa Nicoli de Andrade, processou seis empresas de apostas. A 1ª Vara Cível de Blumenau negou o pedido de bloqueio e depois o acolheu em embargos de declaração. O valor do arresto não foi divulgado na decisão noticiada — o BNLData o descreve como "milionário". Os nomes das outras cinco rés também não vieram a público.

O que a decisão diz e o que não diz

A decisão não trata da constitucionalidade da MP 1.394. O raciocínio é outro: a norma impõe às operadoras a obrigação de devolver saldos aos apostadores, mas não determina constrição indiscriminada do patrimônio. O argumento recorrente nessas ações — de que a empresa, sem autorização para operar, tende a dissipar bens — não foi aceito como substituto da prova exigida pelo instrumento processual.

O arresto cautelar exige demonstração de risco concreto de ocultação, transferência ou dilapidação de patrimônio. O desembargador considerou esse requisito não comprovado. Dois pontos de prova pesaram contra a autora, conforme o relato da decisão: a ausência de laudo médico formal de ludopatia e a inexistência de registro de pedido de autoexclusão ou de limitação de acesso que tivesse sido ignorado pela empresa.

Limites desta apuração

Não foi possível obter o número do agravo de instrumento nem o inteiro teor da decisão no portal do TJSC.

O valor bloqueado não está confirmado.

Não há confirmação de manifestação pública da Ana Gaming.

Não se confirmou se o bloqueio foi efetivamente levantado nas instituições financeiras.

Trata-se de decisão individual e provisória, não de jurisprudência consolidada.

TJSC suspende bloqueio de contas da Ana Gaming por ludopatia

Por que o timing importa

A suspensão sai no mesmo dia em que o STF realiza a audiência pública da ADI 8.027 sobre a própria MP, convocada por Fux para 3 de novembro às 10h, com 26 instituições chamadas. Liquidez e solvência das operadoras estão no centro do debate — e, até aqui, nenhuma das ações contra a MP 1.394 obteve liminar.

O ponto prático é de caixa. Operadoras em encerramento estão com recursos comprometidos com a devolução de saldos — processo que já levou bancos a devolverem R$ 1,325 bilhão a apostadores até 14 de outubro. Cada arresto que congela esse caixa antes da sentença entra em conflito com a obrigação de pagamento que a própria MP criou.

Quem sente o efeito agora

Área	O que muda
Jurídico contencioso	Fundamento de segundo grau para agravar contra decisões de bloqueio em ações de ludopatia
Compliance e jogo responsável	Log de autoexclusão, limites e comunicações de prevenção vira prova central de defesa
Financeiro e tesouraria	Risco de constrição deixa de ser premissa automática no cálculo de reserva para contingências
PSPs e bancos depositários	Ordens de bloqueio sobre contas de bets podem ser revertidas em segunda instância, com efeito na conciliação

Efeito por área da operação

O recurso vai ao mérito na 4ª Câmara de Direito Civil do TJSC, e a suspensão vigora até lá. O colegiado pode manter ou derrubar a decisão monocrática — motivo suficiente para não tratar o caso como garantia de resultado em outras comarcas.

O que fazer nesta semana

Mapear todas as ações de ludopatia com pedido de tutela de urgência contra a empresa e verificar se há decisão de bloqueio em vigor — cada uma é candidata a agravo com este fundamento.

TJSC suspende bloqueio de contas da Ana Gaming por ludopatia

Preservar e indexar por CPF os registros de autoexclusão, limites de depósito e de tempo e comunicações de prevenção, em linha com a guarda de registros após o encerramento.

Confirmar com o fornecedor de plataforma que esses logs saem íntegros na exportação de dados do PAM antes do desligamento.

Não desmobilizar o jurídico contencioso na equipe mínima de encerramento: o passivo de ludopatia segue vivo depois de desligada a plataforma.

Acompanhar o julgamento de mérito na 4ª Câmara de Direito Civil.

Não há falas textuais atribuíveis a autor e cargo nas fontes apuradas: o teor da decisão foi reportado em paráfrase, e este texto não reproduz trecho do voto sem o inteiro teor. Para quem mantém a estrutura de bloqueio ativa, a regra prática permanece a de manter a autoexclusão do gov.br depois do fim da operação — é dali que sai a prova que o tribunal pediu.

Seu log de autoexclusão aguenta uma perícia?

Se a sua operação está em encerramento com ações de ludopatia em curso, conte como está preservando os registros de autoexclusão e limites — acompanhamos o julgamento na 4ª Câmara de Direito Civil. Para receber a análise do que muda para operadores, fale com a redação.

Assuntos:

Ana Gaming · Contencioso · Jogo Responsável · Ludopatia · MP 1.394/2026 · TJSC

Fonte original:

https://igbrasil.com/noticias/regulacao/tjsc-suspende-bloqueio-de-contas-da-ana-gaming-por-ludopatia

Documento gerado em 03/11/2026 às 09h50.

Reprodução permitida mediante citação da fonte e link para o endereço acima.

© 2026 iGBRASIL. Conteúdo destinado a maiores de 18 anos.